

# Adelson Cunha diz que baía será mais poluída

AJ00800

O secretário da Saúde do Espírito Santo, Adelson João da Cunha, admitiu ontem que o crescimento populacional e o aumento do tráfego de embarcações na baía de Vitória, trará uma inevitável poluição hídrica. Não vê, contudo, a necessidade de se criar uma Secretaria Especial de Meio Ambiente, pois isto demandaria muitos recursos.

Segundo Adelson Cunha, tal Secretaria deveria ser um assunto muito bem pensado e estudado. Não só no Espírito Santo, como também, em vários Estados brasileiros, não existem recursos suficientes para a perfeita realização de um controle ambiental, assim como secretarias de meio ambiente ou de controle ambiental.

Na Ilha do Boi, Praia do Canto, Praia Comprida, Jardim Camburi, Paul e vários outros bairros da Grande Vitória, os esgotos são despejados nas águas da baía. Com a urbanização do aterro da Comdusa, na Praia do Suá, o volume de detritos despejados no mar aumentará bastante. A respeito desta situação, o secretário da Saúde é taxativo: "A poluição é inevitável". Entretanto ele não vê motivos para alarme, uma vez que estes focos estão separados e ainda não causam problemas à saúde da população.

Quanto ao despejo de detrito no mar, ele explicou que isto ocorre na grande maioria das cidades litorâneas do Brasil. "Ainda não temos condições econômicas de dotar os grandes centros de usinas de beneficiamento da rede de esgotos, tornando estes detritos novamente em água pura e cristalina, para ser usada pela população.

Questionado a construção de um esgoto que leve os dejetos até o alto-mar, resolveria os problemas de poluição das praias. Adelson Cunha considerou a idéia válida, mas para a total execução deste projeto, haveria a necessidade de se construir novas redes de esgotos, reformar outras, ligando todas ao emissário. Isto tudo representaria um grande investimento, e no momento é totalmente impossível".

Abordando outras formas de poluição, como a sonora e a ambiental, o titular da pasta da Saúde afirmou que elas existem, mas não existem meios de serem combatidas: "Quem me garante que os

operários de uma determinada fábrica de tinta recebem leite? Quem me garante que as fábricas possuem filtros anti-poluentes? Não temos meios de fiscalizar tudo, e de nada adiantaria uma secretaria de Meio Ambiente que funcionasse somente como um órgão normativo, e não houvesse meios de se exercer uma "fiscalização rigorosa".

— A poluição realmente existe no Espírito Santo, mas ela não atinge a níveis iguais aos de São Paulo, Rio e outras regiões mais povoadas e com mais indústrias. Temos aqui alguns focos separados, contudo, não podemos permitir que estes focos se juntem, pois aí a situação ficaria pior e não demoraríamos e ficar em pé de igualdade com São Paulo e Rio, e o combate também seria mais difícil. É preciso saber também se estes portos de poluição afetam a saúde pública, e se isto vier a acontecer tomaremos as medidas cabíveis, pois não desejamos ser apenas um órgão normativo, mas sim executivo.

## REMEDIOS

"Considero a decisão do ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado bastante válida", declarou Adelson Cunha ao se referir a um pronunciamento feito pelo ministro no último domingo num programa de televisão, quando anunciou para breve que todos os medicamentos que possam ter efeitos colaterais e estejam sujeitos a prescrição médica, terão uma tarja vermelha, significando um aleta.

Tal medida, para ele, fará com que a população, ao receber um medicamento com esta tarja, mas por indicação de amigos ou até mesmo donos de farmácias, fiquem alertadas para os riscos que estão correndo e fatalmente acabarão por procurar um médico, para receber a devida orientação sobre o seu uso.

O secretário destacou também que o ministro Paulo de Almeida Machado foi bastante claro para com as "bulas mirabolantes" que acompanham diversos medicamentos. "As bulas no Brasil, diz Adelson, possuem 90% de indicações e apenas 10% de contra-indicações, quando deveria ser exatamente contrário, para mostrar ao paciente todos os perigos que ele pode correr ao tomar o medicamento de forma indevida ou errônea".